



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 64-65
2012-2013

150 ANOS
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

A CASA DOS PINTORES: DO PROJETO DE REABILITAÇÃO À OFICINA MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA DE LEIRIA

Vânia Carvalho¹, Vitória Mendes², Sofia Carreira³, Ana Filipa Pinhal⁴

¹ Arqueóloga / Câmara Municipal de Leiria / vcarvalho@cm-leiria.pt

² Arquiteta / Câmara Municipal de Leiria / vitoria@cm-leiria.pt

³ Museóloga / Câmara Municipal de Leiria / sic@cm-leiria.pt

⁴ Arquiteta / afpinhal@gmail.com

Resumo

A *Casa dos Pintores*, assim designada devido à grande quantidade de artistas que retrataram a sua fachada, é uma peça de arquitetura histórica relevante no conjunto edificado do Centro Histórico da cidade de Leiria. Considerou-se fundamental recuperar este edifício e atribuir-lhe uma função que se coadunasse, por um lado, com a valência histórica do local e, por outro, que impulsionasse a dinâmica turística, ajudando à criação de uma rede de núcleos museológicos e culturais, que dignificassem a qualidade cultural e turística da zona histórica da cidade. Desta forma, foi desenhado um projeto de reabilitação do edifício, mantendo a sua traça original e planificando a instalação da Oficina Municipal de Arqueologia.

Esta intervenção procurou ser um exemplo de uma forma de agir relativamente ao património arquitetónico, onde a conjugação das diferentes formas de abordar o património contribuiu para o enriquecimento dos técnicos envolvidos, com reflexos positivos no resultado final.

Palavras-chave: Leiria, Arqueologia, Museologia, Reabilitação Urbana.

Abstract

The *House of the Painters*, called so due to the number of artists who made drawings and paintings of its facade, is a piece of historical architecture of great importance to Leiria's Historical Center. It was considered fundamental the reconstruction of the *House of the Painters*, on the one hand, in order to give the building a function accordingly to the historical importance of its area of implantation, and on the other, to give a touristic dynamic conducting to the creation of a net of museums and cultural Nucleus, which would dignify both the touristic and cultural quality of the Historical Center of the city. Having that in mind, the rehabilitation project of the building was drowned with the purpose of preserving its original features and also of installing there the Municipal Archeological Division.

The reconstruction process had the purpose to set an example of the correct action as far as archeological patrimony is concerned, where the final result always depends and benefits on the interaction of the different approaches from the different specialists involved.

Keywords: Leiria, Archaeology, Museology, Urban Rehabilitation.

1. A CASA DOS PINTORES E SEU ENQUADRAMENTO NO CONJUNTO EDIFICADO DO CENTRO HISTÓRICO DE LEIRIA

1.1. O edifício

A *Casa dos Pintores* é uma peça de arquitetura notável, que se revela de especial importância no conjunto edificado do Centro Histórico da cidade de Leiria, sendo relevante, enquanto elemento patrimonial representativo da imagem urbana, na memória coletiva dos Leirienses. A denominação popular *Casa dos Pintores*, motivada pelo facto de a sua fachada, enquadrada pelo Castelo, ser repetidamente objeto de representação gráfica ao longo do século XX, foi adotada como designação para o equipamento municipal.

A *Casa dos Pintores* corresponde a um edifício de gaveto, de fecho de um quarteirão consolidado, sendo particularmente estreito. Localiza-se na freguesia de Leiria (concelho de Leiria), entre a rua Acácio de Paiva (NE) e a rua Manuel António Rodrigues (SO), sendo que da fachada principal se observa o Largo Paio Guterres, localizado a Sul do edifício. Situa-se no topo de um quarteirão de reduzidas dimensões, que se encontrava integrado na judiaria de fundação medieval (séc. XIII), bem como na freguesia medieval, extramuros, de São Martinho. O edifício, de dois sobrados, apresenta uma tipologia singular na malha urbana, ressaltando a sua interessante varanda com uma balaustrada em madeira.

1.2. Breve enquadramento histórico-arqueológico

A região de Leiria apresenta uma ocupação humana inquestionável que deixou marcas profundas na paisagem. Os vestígios arqueológicos identificados permitem conhecer apenas uma ínfima parte daquelas que terão sido as vivências dos grupos humanos nesta área geográfica, contudo as informações que possuímos reportam-se a uma longa diacronia de ocupação humana, desde a Pré-História Antiga até à época contemporânea.

No morro onde se situa o Castelo de Leiria encontraram-se vestígios arqueológicos que indicam



Figura 1 – Fotografia métrica retificada da fachada da Casa dos Pintores, datada de 2006, da autoria de Sidney Lopes.

que este local terá sido ocupado desde há, pelo menos, cerca de cinco mil anos, tendo sido identificados níveis arqueológicos atribuíveis à Pré-história Recente e à Proto-história (Carvalho e Carvalho, 2007; Carvalho e Inácio, 2011). Este povoado foi igualmente habitado em época romana, tendo-se identificado dois níveis habitacionais enquadráveis nos séculos II e IV d.C. (Neves, Basílio e Couto, 2009). Os dados arqueológicos relativos a um extenso período da história da região, desde o final da época romana até ao início da reconquista cristã, são praticamente inexistentes, no entanto, foram identificados materiais cerâmicos atribuídos à época islâmica no morro do castelo (AAVV, 2001; Lopes, 2001). A presença de cerâmicas imputáveis

à ocupação islâmica reveste-se de alguma cautela, pois se alguns materiais poderão ser classificados de época Emiral/Califal, outros apenas poderão ser genericamente considerados islâmicos (Carvalho e Inácio, 2011).

O morro onde se situa o Castelo de Leiria, bem como o seu território, foi conquistado aos muçulmanos, em 1135, por D. Afonso Henriques (Gomes, 2004). À primitiva ocupação medieval do morro do Castelo, no século XII, com os bairros intramuros de Santa Maria da Pena e de São Pedro, sucede-se a ocupação da várzea, que se intensifica ao longo do século XIII e centúrias seguintes, assistindo-se ao surgimento dos bairros medievais de São Tiago (posteriormente conhecido como Arrabalde da Ponte), São Martinho (bairro correspondente à zona de implantação da *Casa dos Pintores*), Santo Estêvão e Bairro dos Anjos. Esta ocupação, por aglutinação de núcleos distintos com funções sociais ou funcionais específicas, vai marcar profundamente a morfologia e a dinâmica urbanística de Leiria. No espaço urbano leiriense era possível identificar múltiplos usos: habitacionais, económicos, religiosos, administrativos e judiciais, assim como agrícolas, artesanais e para-industriais (Gomes, 2004).

Leiria, na vertente e na várzea a Sul do Castelo, conserva uma malha urbana com uma morfologia, ao nível do traçado, típica das povoações medievais, sendo definida por dois eixos estruturantes: a Rua Direita, atual Barão de Viamonte, e o Rio Lis. O bairro medieval de São Martinho, principal centro comercial da vila, apresenta um desenho urbanístico “segundo um plano coordenado superiormente, em planta de tipo espinha de peixe” (Gomes, 1993: 84; Vale, 2005). Numa área inicialmente marginal, extramuros, ao longo do caminho de acesso às portas do Sol (Torre Sineira da Sé), mais tarde Rua Direita ou do Terreiro, fixa-se a população judaica, num espaço charneira entre as freguesias cristãs de S. Pedro (Igreja matriz) e S. Martinho. O troço setentrional da Rua Direita, entre os séculos XIII e XV, equivalia assim à Judiaria, que atingiu o seu apogeu durante o século XV, até à expulsão, em 1496, dos Judeus de território nacional (Margarido,

1988; Gomes, 1993, 2004). A matriz medieval, estruturada nos séculos XIII e XIV, consolidou-se nas centúrias seguintes, tendo sofrido uma expansão acentuada, que contribuiu para a definição dos limites atuais do centro histórico, apenas em finais do século XIX e durante o século XX (Gomes, 1993, 2004; Vale, 2005).

2. O PROJETO DE REABILITAÇÃO DO CONJUNTO EDIFICADO

2.1. Enquadramento

O processo de reabilitação da *Casa dos Pintores* teve início em 2001, quando após a declaração do centro histórico como Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística, a Câmara Municipal de Leiria (CML) selecionou cinco edifícios, de entre os degradados, considerados relevantes do ponto de vista patrimonial, e notificou os respetivos proprietários para os reabilitarem, servindo esse ato como um sinal de arranque para a reabilitação do Centro Histórico.

A *Casa dos Pintores* estava afetada por um problema, que acontece em muitos edifícios antigos e que dificulta a sua reabilitação, que são as heranças indivisas. Neste caso, para um pequeno edifício de 45m² de implantação, havia 13 herdeiros que não se entendiam. Após algumas reuniões com os interessados, e perante a ameaça do processo de posse do edifício se vir a arrastar pelos tribunais, a CML decidiu proceder à expropriação do imóvel com o objetivo de o reabilitar e de aí instalar um serviço público, contribuindo desta forma para impulsionar a reabilitação do centro histórico. A determinação da CML em salvar o edifício levou à compra deste em 2003, com o intuito de instalar os serviços técnicos de arqueologia e respetivo laboratório.

O projeto foi desenvolvido na CML, pela equipa de arquitetura da então Divisão de Habitação e Reabilitação Urbana, sob a coordenação de Vitória Baena Mendes, sendo da autoria de Ana Filipa Pinhal e tendo a colaboração de Margarida Teixeira de Sousa. Foi desenhado de acordo com um programa estabelecido pela equipa da Oficina de Arqueologia.

O projeto foi cofinanciado pelo Município de Leiria e Programa Operacional da Cultura, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). A obra foi concluída em inícios de 2009 e o espaço foi inaugurado em Setembro de 2009, albergando a Oficina Municipal de Arqueologia desde essa altura.

O processo de reabilitação da Casa dos Pintores destacou-se por se ter baseado num trabalho em rede que envolveu, para além de diferentes serviços da CML, entidades externas como a extinta Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), o Instituto Superior Técnico (IST) e o extinto Gabinete de Apoio Técnico (GAT).

2.2. Objetivos

Entendeu-se que por se tratar de um espaço fundamental no imaginário histórico Leiriense, se deveria reabilitar o edifício, atribuindo à *Casa dos Pintores* uma função que se coadunasse, por um lado com a valência histórica do local e, por outro, que impulsionasse a dinâmica turística, ajudando à criação de uma rede de núcleos museológicos e culturais, que dignificassem a qualidade cultural e turística da zona histórica da cidade.

Desta forma, foi pensado um projeto de reabilitação do edifício, mantendo a sua traça original exterior, que se converteu numa marcante experiência de intervenção interdisciplinar de Reabilitação Urbana no Centro Histórico de Leiria. O projeto teve como programa a instalação de um núcleo de trabalho especializado em arqueologia – a Oficina de Arqueologia da Câmara Municipal de Leiria, incluindo um laboratório de Conservação e Restauro para materiais arqueológicos.

2.3. Projeto de reabilitação

2.3.1. A construção

A alusão à intervenção realizada na *Casa dos Pintores* surge como um propósito para o levantar de um conjunto de questões relacionadas com a reabilitação do património edificado e o domínio dos materiais e técnicas tradicionais, face a uma nova

condição de produção de génese contemporânea. A unidade formal que chegou aos nossos dias resulta, em parte, de um conjunto de intervenções que foram sendo realizadas ao longo dos tempos.

À semelhança do que sucede com a generalidade dos edifícios que se encontram nesta zona do centro histórico, a *Casa dos Pintores* obedecia originalmente a um sistema construtivo de génese tradicional. Sob o ponto de vista estrutural o edifício apresentava: paredes resistentes constituídas por alvenaria ordinária (que ainda hoje se mantêm); barrote a suportar pavimentos em madeira; paredes divisórias interiores em tabique (tábuas de madeira dispostas na vertical sobre as quais se dispunha na horizontal um ripado de madeira, pronto a receber o reboco); paredes divisórias interiores constituídas apenas por tábuas de madeira dispostas na vertical; e cobertura constituída por telha de canudo suportada por uma estrutura em madeira.

O estado de conservação deste edifício era efetivamente bastante delicado. Após uma análise detalhada, em que participou Nuno Vale, Arquiteto da extinta DGEMN, autor da Carta de Risco, foi possível identificar alguns dos fenómenos que motivaram a progressiva deterioração dos materiais de construção, como seja a presença de esforços mecânicos impostos pela estrutura do edifício e a ausência de travamento nos cunhais das paredes resistentes em alvenaria ordinária, sem descurar a presença de humidades ascensionais, da ação de agentes biológicos e climatéricos, assim como de ações químicas de corrosão.

As paredes resistentes encontravam-se consideravelmente degradadas e desagregadas, principalmente nos pisos superiores, evidenciando-se o esmagamento da parede na zona de um dos apoios da asna da cobertura. Esse aspeto, aliado a deformações excessivas da estrutura da cobertura contribuiu para o destacamento de alguns elementos, acelerando a deterioração do edifício. Também se evidenciava uma desagregação acentuada da parede nas zonas circundantes aos vãos das janelas que, na sua maioria, se encontravam empenados e/ou partidos.

As paredes resistentes em alvenaria ordinária

(constituída por pedras irregulares e assente em argamassa) apresentavam alguns problemas de fendilhação que decorriam da ausência de travamento nos cunhais, *i. e.*, algumas paredes (posicionadas perpendicularmente umas em relação às outras) apenas se encontravam encostadas.

As humidades ascensionais provenientes do solo constituíam uma das principais causas de degradação do edifício, em particular, ao nível do piso térreo. A existência de um nível freático bastante elevado contribuiu para o humedecimento das paredes e, conseqüentemente, para a ocorrência de eflorescências, bem como para a formação de micro-organismos nas superfícies, com repercussões na progressiva desagregação do reboco.

O interior, com paredes em tabique em estado de degradação avançado e com o pavimento bastante deformado, sofreu várias alterações fragilizantes ao longo dos anos, pelo que não foi mantido. A varanda apresentava anomalias nos elementos de madeira que a constituíam, ou por deformação, ou devido ao ataque de agentes biológicos. Alguns dos elementos de cantaria em calcário encontravam-se desagregados, devido à ação do clima e a ações químicas de corrosão.

Perante as considerações já mencionadas é de destacar o estado de degradação avançado em que o edifício se encontrava e de reforçar a necessidade de uma intervenção significativa, com vista ao reforço estrutural das paredes-mestras, à substituição de elementos estruturais em madeira do interior e da cobertura (pela impossibilidade de, em termos técnicos, poderem ser recuperados) e de dotar este edifício de condições de habitabilidade para o fim a que se destinava. Como veremos mais à frente as condições em que o edifício pré-existente se encontrava determinaram, em certa medida, uma série de opções de natureza projetual que foram sendo tomadas ao longo do processo de conceção e de obra.

2.3.2. Opções de natureza projetual

De reforçar que existe uma consciência acrescida da falta de consensos relativamente à problemática que envolve as ações de intervenção no património

edificado, não constituindo este caso uma exceção. Neste projeto todas as tomadas de decisão foram orientadas no sentido de adaptar o edifício a níveis de desempenho superiores ao existente, ou seja, de dotar o espaço de melhores condições de habitabilidade face às existentes limitações espaciais e condicionantes construtivas.

Em termos projetuais, e tendo em consideração a exiguidade e limitações do edifício, a intervenção tinha como objetivo dar a melhor resposta possível às exigências de trabalho próprias de um gabinete de arqueologia. Em virtude do seu estado de degradação, o edifício foi sujeito a uma intervenção que teve como premissa a reestruturação de todo o seu interior. De modo a tirar o máximo partido das suas exíguas dimensões, optou-se por uma organização espacial que privilegia a 'caixa de escada', enquanto elemento de distribuição, em torno da qual as diversas salas se vão dispendo, um pouco à semelhança do que já acontecia. O edifício em termos de programa compreende, no piso térreo: a receção, o laboratório e uma instalação sanitária; no 1º piso: duas salas de trabalho; e no 2º piso: uma sala de trabalho e uma sala de reuniões com uma varanda.

Tendo em consideração o tipo de construção, este edifício não reunia as condições mais apropriadas para a captação de luz natural. Nesta continuidade lógica de raciocínio, a organização espacial entre as diversas salas, nos pisos superiores, passou a ser feita através de panos de vidro, com a clara intenção de se rentabilizar ao máximo a entrada de luz natural e de visualmente os espaços se tornarem mais desafogados.

Importa ainda sublinhar que se, por um lado, todo o interior teve de ser demolido, em consequência do seu avançado estado de degradação, por outro, privilegiou-se a preservação das paredes resistentes exteriores e, por conseguinte, da imagem exterior, recuperando e reconstituindo uma série de elementos caracterizadores deste tipo de edifício.

Da análise das condições das paredes portantes de alvenaria ordinária do edifício, com indícios de perda de coesão, concluiu-se que seria necessário assegurar a consolidação das paredes resistentes

através da realização de injeções, com caldas de ligantes hidráulicos. Após a aplicação do produto e com vista a avaliar a eficácia das injeções foram efetuados alguns ensaios de resistência das paredes, por parte do Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção (ICIST) do Instituto Superior Técnico (IST), da autoria de António Sousa Gago, Prof. Auxiliar, de Ana Paula Ferreira Pinto, Prof. Auxiliar e de João Carvalho, Eng^o Civil colaborador do ICIST. Do relatório consta que a eficácia das injeções ficou aquém das expectativas em virtude da deficiente dispersão do produto.

Procedeu-se ao escoramento das paredes portantes em alvenaria ordinária e à demolição de todo o seu interior e cobertura. Como opção construtiva e com base no projeto de estabilidade da autoria de Gilberto Lourenço, Eng. Civil, do extinto GAT de Leiria, decidiu-se executar uma estrutura metálica interior autónoma e um lintel em betão armado sobre o coroamento das paredes de alvenaria (por indicação da equipa do Instituto Superior Técnico), com o intuito de constituírem um travamento às paredes existentes. Importa reforçar que a opção da estrutura metálica surge pelo facto de ser uma solução reversível. Privilegiou-se o emprego da madeira não só nos pavimentos interiores como também na cobertura. Estruturalmente a cobertura é constituída por uma viga de tarugamento, por varas em madeira de casquinha e por escoras arqueadas em madeira laminada do mesmo material, bem como por uma série de outros elementos (forra em régua de madeira de carvalho, isolamento térmico, sub-telha e finalmente telha de canudo vermelha por corresponder à telha original) que vieram introduzir uma mais-valia em termos de conforto térmico ao edifício. A forma da estrutura da cobertura à vista, com escoras arqueadas em madeira laminada, veio proporcionar uma nova espacialidade, em particular no último piso.

Tendo em consideração a natureza das paredes portantes em alvenaria ordinária, todos os materiais aplicados teriam de ser compatíveis e de respeitar as suas constituintes químicas e físicas. Neste pressuposto, foram empregues argamassas à base de cal, por conciliarem algumas vantagens, nomeada-

mente: grande flexibilidade (compatibilidade com alvenaria ordinária), grande resistência e durabilidade (endurece de forma gradual à medida que envelhece) e deixarem respirar a construção (uma vez que permitem a evaporação da água proveniente das humidades ascensionais). Como o nível freático é muito elevado, apresentando-se a cerca de um metro abaixo da cota da rua (Verão), houve a necessidade de contornar o problema da ascensão das humidades, provenientes do solo, com a execução de um lambrim interior com caixa-de-ar. No entanto, embora o problema tenha sido mitigado não se encontra totalmente resolvido.

Ainda relativamente às paredes portantes reduziu-se ao mínimo a execução de aberturas para a passagem de infraestruturas. O projecto das Instalações de Utilização de Energia Elétrica e de Telecomunicações, da autoria de João Ferreira e Pedro Parreira, Engenheiros Eletrotécnicos, foi desenvolvido de modo a que este tipo de rede interferisse o mínimo possível com as paredes portantes existentes e se integrasse o melhor possível com os novos elementos construtivos.

Uma vez que se optou por preservar a imagem exterior do edifício, houve a necessidade de reproduzir uma série de elementos que se encontravam bastante degradados. A varanda com uma balaustrada em madeira foi executada no sentido de ser o mais fiel possível ao desenho original. As caixilharias e os guarnecimentos foram executados mantendo as dimensões originais e o mesmo tipo de materiais, notando que existiam algumas variações relativamente à colocação, ora de molduras em madeira, ora de cantarias, situação esta que perdura.

O confronto entre as técnicas tradicionais e a arquitetura contemporânea, que obedece a uma nova ordem de produção e de trabalho, constitui em si uma nova área de atuação. O emprego generalizado de novos materiais e de novas tecnologias, desencadeado a partir do século XIX, condicionou a transmissão oral do saber fazer das técnicas tradicionais, o que conduziu à atual falta de mão-de-obra especializada. A utilização do cimento Portland, reforçado através de uma 'armadura' interna, constitui

nos dias de hoje a base de quase toda a construção. Apesar de ter possibilitado o desenvolvimento da arquitetura, este é um material cujas características não se coadunam com os materiais tradicionais. Daí um maior interesse no sentido de recuperar o conhecimento das técnicas tradicionais com vista a intervir no património edificado de forma mais consciente sem, contudo, descurar o facto de que essas mesmas técnicas terão que conviver com outras realidades que se vão impondo e que se traduzem em novas tecnologias e novas metodologias de trabalho, bem como de um conjunto alargado de apreciações críticas que decorrem de especialidades bastante diversificadas. E é aí que reside o grande desafio com que hoje nos deparamos.

2.4. A intervenção arqueológica: objetivos, metodologia e resultados

Considerando a relevância do edifício e a sua localização, numa zona de potencial arqueológico elevado, foram preconizadas, pela tutela da área do Património Cultural, várias medidas de minimização patrimoniais que foram implementadas pela equipa de arqueologia do Município. A finalidade dos trabalhos arqueológicos consistiu em otimizar resultados de avaliação e caracterizar os vestígios arqueológicos e patrimoniais já visíveis, bem como os eventuais vestígios arqueológicos existentes no subsolo.

Considerou-se, desde o início, que do cruzamento das múltiplas fontes documentais integrando, nomeadamente, a análise da cartografia, da fotografia aérea e da fotografia de época, das plantas e dos projetos de arquitetura, da fotografia métrica retificada, da estratigrafia paramental e de outras fontes de informação diversa, poderia resultar uma interpretação do edificado e do próprio espaço urbano mais esclarecida e enriquecedora, no quadro de uma verdadeira arqueologia urbana e do edificado.

Sendo um dever das autarquias locais o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural, a Câmara Municipal de Leiria celebrou, em 2004, um protocolo de cooperação com a extinta DGEMN, com o objetivo de partilhar a metodologia desenvolvida por esta entidade, no

âmbito do Inventário do Património Arquitetónico. Foi neste contexto que se elaborou a análise e registo do conjunto edificado da *Casa dos Pintores*. Com o objetivo de estudar a evolução do conjunto arquitetónico realizou-se uma análise paramental dos alçados, efetuada de acordo com a metodologia adotada pela arqueologia do edificado e tendo como suporte gráfico a fotografia métrica retificada. Um dos objetivos centrais do projeto foi o de produzir um instrumento de análise que servisse de apoio aos trabalhos posteriores de intervenção arquitetónica e de estudo patrimonial e arqueológico deste conjunto edificado. Este projeto permitiu, igualmente, testar a aplicação prática de conceitos e metodologias das áreas da Arqueologia Urbana e da Arqueologia da Arquitetura, utilizando como elemento base de registo gráfico os levantamentos fotogramétricos de alçados, que constituem documentos potenciadores de abordagens polivalentes.

Aplicou-se a fotografia métrica retificada por se considerar que esta constitui uma ferramenta rigorosa de registo que permite a elaboração de documentação gráfica, produzida de modo mais rápido que os métodos tradicionais, e aplicável no âmbito do estudo do edificado e da Arqueologia do edificado (Ramalho, 2002). A análise estratigráfica paramental envolveu o estudo dos elementos constituintes de cada alçado, mas visando sempre a compreensão da totalidade do conjunto edificado, segundo uma filosofia de abordagem desenvolvida por Tabales Rodríguez (2002) para a análise arqueológica de edifícios históricos. No âmbito da aplicação de metodologias da Arqueologia do Edificado, procurou-se registar e analisar a estratigrafia arquitetónica do conjunto edificado, com base na definição de unidades estratigráficas, de acordo com os princípios da estratigrafia arqueológica e da implementação do sistema ou método de registo de Harris, enquanto ferramenta teórico-prática com comprovadas potencialidades descritivas, organizadoras, analíticas e interpretativas (Harris, 1991; Caballero Zoreda, 1995, 2006; Tabales Rodríguez, 2002).

Os estudos históricos e de arqueologia do edificado, realizados no seio do quadro teórico acima

definido, foram disponibilizados aos principais intervenientes no processo de reabilitação do edificado, de modo a permitir que estes documentos resultassem, não apenas, em documentos de investigação, registo e divulgação do património mas, sobretudo, em instrumentos de gestão e de valorização do património arquitetónico.

Os trabalhos arqueológicos realizados durante a primeira fase, prevista em plano de trabalhos, compreenderam sondagens arqueológicas preventivas, implementadas nos espaços considerados prioritários pela equipa de arquitetura do projeto de reabilitação do edifício, nomeadamente na zona de abertura de fundações – vigas e sapatas, e em áreas arqueologicamente mais sensíveis e com maior potencial. A metodologia prática aplicada foi a de Harris (1991). A realidade registada foi a [U.E.], sendo esta entendida como qualquer realidade com características distintas, passíveis de serem diferenciadas. As sondagens preventivas, realizadas em 2007, tiveram a direção científica das Arqueólogas Susana Carvalho, pela Oficina de Arqueologia do Município de Leiria, e Vânia Carvalho, enquanto técnica da Divisão de Habitação e Reabilitação Urbana do Município de Leiria, tendo sido os trabalhos de acompanhamento arqueológico apenas da responsabilidade científica da última. A equipa foi ainda constituída por Anabela Carvalho, Conservadora-Restauradora, e por Ana Rita Trindade, Arqueóloga e estagiária PEPAL (2007-2008), ambas da equipa da Oficina Municipal de Arqueologia. Os trabalhos de gabinete foram garantidos pelo técnico Augusto Aveleira, que teve um papel fundamental na elaboração do Relatório Final, nomeadamente na produção gráfica e tratamento de desenhos. Os trabalhos de fotografia métrica retificada foram assegurados por Sidney Lopes, Arquiteto da então Divisão de Habitação e Reabilitação Urbana.

As Sondagens Arqueológicas Preventivas, realizadas de acordo com o local de implantação das fundações ou em zonas consideradas sensíveis do ponto de vista arqueológico, permitiram detetar uma estratigrafia densa (apesar de limitada à profundidade de afetação da obra), e referente às várias

fases de ocupação do local, verificando-se a existência de dezenas de níveis arqueológicos que se situam entre a Baixa Idade Média e o Período Contemporâneo. As unidades estratigráficas escavadas correspondem a níveis arqueológicos essencialmente relacionados com fases sucessivas de ocupação ou alteração do espaço edificado. Foram identificados níveis correspondentes a pavimentos, depósitos antrópicos, derrubes, entulhos e uma estrutura – uma parede-mestra, que se veio a revelar como o elemento construtivo mais esclarecedor em termos das alterações arquitetónicas do espaço edificado.

Considerando os resultados obtidos com as sondagens arqueológicas, apontou-se como medida de minimização a necessidade já anteriormente expressa de que os trabalhos de picagens de paredes, demolições de estruturas e movimentações de terras fossem objeto de acompanhamento arqueológico. Este trabalho foi sujeito a plano de trabalhos e foi devidamente aprovado pelas tutelas, tendo sido realizado entre meados de 2007 e inícios de 2009. A metodologia adotada para o acompanhamento arqueológico privilegiou um plano de registo rigoroso, mas expedito. O acompanhamento arqueológico foi efetuado de acordo com os meios adequados à natureza dos vestígios e obedeceu às normas técnicas aceites pela comunidade científica, decorrendo de acordo com o estabelecido pelas leis em vigor e no seguimento da metodologia adotada para a realização das sondagens preventivas. A análise paramental foi efetuada de acordo com a metodologia adotada pela arqueologia do edificado, tendo-se aplicado o método de registo de Harris (1991), com a respetiva descrição e análise das U.E.s, exposto graficamente sobre fotografia métrica retificada, na escala de 1:50.

O acompanhamento arqueológico teve-se a operações de alteração do conjunto edificado, tais como: demolição da cobertura e chaminé, demolição de estruturas interiores – paredes de tabique, soalhos, escadas, uma bancada e uma parede mestra; picagens de revestimentos interiores e exteriores; e remoção de elementos de portas e janelas, como cantarias e caixilharias. A necessidade de do-

tar o conjunto edificado de condições de segurança, bem como de infraestruturas diversas, implicou operações de escavação do subsolo interior e exterior. A implantação de vigas e sapatas de fundação, em betão armado, para a consolidação sob o ponto de vista estrutural do conjunto edificado, conforme previsto no projeto de estabilidade, implicou a escavação de fundações, o que exigiu a realização do acompanhamento arqueológico de movimentações de terras no interior do edifício. Ao nível do subsolo exterior, em espaço público, foi realizado o acompanhamento arqueológico da escavação de valas para instalação de infraestruturas. No decorrer desta tipologia de intervenção arqueológica, identificaram-se vários elementos estruturais, que foram descritos quanto aos seus aspetos técnicos, morfológicos, estilísticos e crono-estratigráficos, e que foram objeto do devido registo gráfico (desenho esquemático interpretativo, fotogrametria de alçados e fotografia). O acompanhamento arqueológico dos trabalhos de reabilitação permitiu revelar uma série de elementos do conjunto edificado e suas relações, com a análise a fornecer dados importantes para a sua compreensão histórica, nomeadamente sobre as suas sucessivas fases de construção e características dos elementos, do ponto de vista tecnológico e artístico, bem como sobre as diferentes funcionalidades dos espaços.

Foi precisamente a definição e interpretação da estratigrafia dos alçados do espaço edificado, que levou à consolidação da hipótese de interpretação, já avançada aquando do levantamento fotográfico métrico retificado e respetiva análise estratigráfica paramental e consubstanciada pelos dados da escavação de sondagens preventivas, de estarmos perante um conjunto edificado uno, mas constituído por dois blocos que teriam correspondido, originalmente, a dois espaços/edifícios autónomos.

O espólio arqueológico, recolhido durante a intervenção, foi devidamente tratado, inventariado e acondicionado, pela equipa da Oficina de Arqueologia, tendo sido integrado na Reserva Arqueológica Municipal, sedeada nos Paços Novos do Castelo de Leiria. O inventário do espólio ar-

queológico da *Casa dos Pintores* foi iniciado por Anabela Carvalho tendo sido concluído por Ana Rita Trindade. Foram adotadas as normas propostas pelo Instituto de Museus e Conservação no que diz respeito às exigências metodológicas, normativas e regulamentares deste tipo de trabalho arqueológico. A análise do material osteológico humano, um conjunto avulso recolhido num contexto de deposição secundária, foi da responsabilidade de Antropóloga Sandra Assis.

O material inventariado corresponde a cerca de cinco mil entradas (peças ou conjuntos de peças arqueológicas) e inscreve-se numa amplitude cronológica que se estende desde os finais do século XV ao último quartel do século XX. O conjunto é constituído por: espólio osteológico humano; espólio faunístico – mamalógico, ornitológico, malacológico e ictiológico; espólio vegetal – nomeadamente carvões, madeira, papel e tecido; espólio metálico – ferro, cobre e bronze; espólio lítico – compreendendo sílex, calcário, entre outros; sedimento; argamassas; cerâmica nas variantes de construção, cerâmica comum, cerâmica vidrada, faiança e porcelana; espólio vítreo; e plástico.

2.4.1. Síntese da evolução do conjunto edificado

As análises efetuadas durante o levantamento métrico retificado das fachadas, bem como durante as operações de picagem de revestimentos paramentais, quer do interior, quer do exterior do corpo edificado, forneceram, tal como já enunciado, dados que permitem afirmar que estamos na presença de dois espaços e edifícios originariamente independentes, cada um com múltiplas fases de construção. O corpo que se encontra a Sul, o Edifício 2, correspondente à fachada principal do edifício atual, é, na sua origem, mais antigo que o corpo que se encontra a Norte, designado por Edifício 1. O alçado Norte (parede-mestra intermédia entre os dois corpos) do edifício 2 atestava várias fases de construção ao longo dos três pisos, relacionadas com a desativação de portas antigas e abertura de novas, no âmbito de um processo de reorganização do espaço interno

de todo o conjunto edificado, e de reajustamento das alturas dos pisos.

O edifício 2 sofreu ao longo dos tempos várias alterações ao nível dos pés direitos e da organização interna do espaço, o que é denunciado pelas sucessivas alterações de portas e janelas, que foram sendo emparedadas, para se abrirem outras. O edifício sofreu também alterações ao nível da constituição das paredes, surgindo, numa fase mais tardia, troços construídos em blocos de adobe e em tijolo-burro, como forma de colmatação de falhas nas paredes primitivas, em alvenaria de pedra. De salientar a existência de um lintel, de cariz manuelino, de que se realizou uma réplica (dado a pedra original se encontrar irreversivelmente degradada), que foi colocada no mesmo local da original – a porta térrea da fachada principal.

Neste edifício (2), ao nível do piso 1 (piso térreo) e piso 2 encontrou-se uma porta que se encontrava emparedada e cuja soleira se elevava cerca de 1,20 de altura acima do piso de calçada do exterior, junto à soleira da porta do alçado Este. Estando bastante alta em relação ao nível do piso térreo atual, esta porta devia situar-se ao nível do um antigo 2º piso, o que poderá significar que o antigo 1º piso se encontrava a uma cota bastante inferior à atual. Isto afigura-se possível dada a profundidade a que se encontram enterrados os paramentos de todo o corpo edificado, sem que nunca se tenham atingido as suas fundações, devendo as estruturas ter uma origem anterior ao século XVI. Para além disso, por baixo da soleira da porta da fachada a sul, encontrou-se a ombreira, em calcário, de uma antiga porta, que se encontrava a um nível inferior ao da porta atual, e deslocada para Oeste.

O elemento, externo à Casa, que contribui para a sustentação desta hipótese é a inscrição de 1600, patente na “Casa do Gato Preto” (Largo Paio Guterres / Rua Acácio de Paiva), que assinala o nível das cheias, ocorrido no dia de São Tomé, e que, segundo a documentação setecentista (Gomes, 2009), estaria, ainda em 1721, à altura de um homem, o que nos leva a considerar que o piso das vias se encontraria cerca de 1m mais baixo, o que explica a existência

de um segundo piso, ao nível a que encontramos os referidos vãos do edifício 2 da *Casa dos Pintores*.

De salientar a identificação, no alçado Este do edifício 2, de duas pias, uma em calcário e outra em cerâmica, que foram objeto de intervenção de conservação e restauro, mantendo-se integradas nos locais de origem. Os tratamentos foram da responsabilidade de Anabela Carvalho, com o apoio de Maria João Martins, estagiária na área de conservação e restauro, ao abrigo de uma parceria com o Instituto Politécnico de Tomar.

Considerando os resultados obtidos, pode-se afirmar ser este um excelente exemplo de como o acompanhamento das picagens de rebocos se pode revelar essencial para a determinação de fases de construção em edificado. De igual modo se considera fundamental uma redobrada atenção durante os trabalhos de demolição, notando que neste caso foram identificadas, durante a demolição da parede-mestra interior, diversas peças arqueológicas, entre as quais, um bloco de calcário com campo epigráfico. Trata-se de uma inscrição funerária, cuja transcrição corresponde a *S (epultur) a de Fr (ancis)co Z (?) RZ (?) e se / us erderos*, a que foi atribuída uma cronologia compreendida no intervalo entre os séculos XVI / XVII, pela Epigrafista Catarina Gaspar (FLUL), tendo em conta as suas características morfológicas, estilísticas e as convenções de grafia. O bloco epigrafado foi utilizado/reutilizado (não se pode ter certeza se algum dia terá sido utilizado em contexto sepulcral), como material de construção. O bloco de calcário epigrafado encontrava-se integrado no paramento, na zona da ombreira Oeste da porta, reaproveitado como simples elemento de construção, à semelhança dos demais blocos, estando o campo epigráfico voltado para baixo.

O Edifício 2 atesta várias fases de construção ao nível da composição dos seus paramentos. No que se refere aos elementos de edificado pode-se considerar que o edifício 2 apresenta, ao nível do 1º piso, uma configuração com uma cronologia que se enquadrará em finais da Baixa Idade Média / inícios da Época Moderna. As quatro paredes do edifício travam entre si, concluindo-se que serão

contemporâneas. O alteamento deste edifício, verificado ao nível do 2º e 3º pisos, será de época moderna, enquadrável entre os séculos XVI/XVIII, tendo em conta a cronologia dos materiais associados às estruturas, nomeadamente dos materiais cerâmicos e da epígrafe.

Em síntese, o edifício 2, a Sul, sofreu ao longo dos tempos várias alterações ao nível dos pés direitos e da organização interna do espaço, factos estes que são denunciados pelas sucessivas alterações de portas e janelas, que foram sendo emparedadas, para se abrirem outras. Sofreu também alterações ao nível da constituição das paredes, surgindo, numa fase mais tardia, em finais da época moderna/inícios da época contemporânea, troços construídos em blocos de adobe e em tijolo-burro, como forma de colmatação de falhas nos paramentos primitivos. Estes preenchimentos poderão ser uma consequência, eventualmente, de desmoronamentos que poderão ter sido provocados por ação sísmica, tendo em conta a configuração *grosso modo* em X das falhas/fraturas.

Considerando o edifício 1, a Norte, aferiu-se que este foi originalmente construído em dois pisos, como se pode observar pela constituição das paredes, aliada ao vestígio de uma antiga cobertura ao nível do 2º piso. De notar que a altura desta cobertura é demasiado baixa para um atual 2º piso, e demasiado alta para um 1º, pelo que é possível, dado não apresentar características de sobreloja, propor que o nível do piso térreo se encontrava, possivelmente, ainda no século XVIII, a uma cota bastante inferior à atual. Numa fase posterior, foi acrescentado um terceiro piso, com uma constituição de paredes diferente do paramento dos pisos inferiores.

Em conclusão, a Casa dos Pintores corresponde à junção de dois edifícios, junção esta que resulta de um longo e complexo processo decorrido ao longo de, pelo menos, cinco séculos. Primeiro terá existido um edifício de 1 piso, com provável logradouro, tipo casa sobradada, que já existia no século XVI. Posteriormente o edifício foi evoluindo em altura, tendo sido construída uma outra edificação que lhe foi adossada, no espaço de logradouro anterior.

Mais tarde, já em época contemporânea, o conjunto edificado converteu-se numa só unidade, dando origem à morfologia da atual Casa dos Pintores. Esta unificação materializou-se através da abertura e emparedamento de vãos. O nível do piso térreo encontrar-se-ia, até ao século XVIII, a uma cota inferior às atuais para esta zona da cidade, sendo que nos parece que estaria, pelo menos, 1m abaixo das cotas de soleira atuais.

No que concerne às funcionalidades de cada espaço, ao nível do r/chão, o edificado terá tido funções de loja, nomeadamente para venda ou armazenamento de produtos e materiais. O espaço teve funções como mercearia, barbearia e taberna, no século XX, ao nível do piso térreo, e comércio e produção de vestuário, ao nível do piso intermédio, compatibilizado com habitação, neste piso e no piso superior. Os edifícios urbanos serviriam, na realidade, ao nível dos pisos superiores como espaços de habitação (cozinha, dormitório) e ocasionalmente espaços de trabalho (modista/ costureira – séc. XX).



Figura 2 – Fotografia da Casa dos Pintores, datada de 2009, após a conclusão das obras de reabilitação.

3. A CASA DOS PINTORES ENQUANTO OFICINA MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA

3.1. Missão, Objetivos e Valências

A *Casa dos Pintores* tem como principal objetivo, cumprido, albergar a Oficina de Arqueologia, um serviço municipal que tem como missão garantir uma eficiente e sistemática gestão, investigação, salvaguarda, valorização e divulgação, científica e pedagógica, do património arqueológico do concelho de Leiria. Enquanto imóvel do Município, com funções culturais, acolhe atualmente os serviços de Arqueologia e Património e o laboratório de Conservação e Restauro, sendo que, com o desenvolvimento do projeto, se potenciou o cumprimento da sua missão social, cultural e educativa, ao assegurar as condições físicas necessárias para garantir o suporte técnico e documental às equipas multidisciplinares que intervêm em questões relativas ao património cultural e reabilitação urbana e garantir a aproximação deste serviço aos munícipes e público, em geral. A Reserva Arqueológica, integrada e gerida pela Oficina Municipal de Arqueologia, encontra-se instalada nos Paços Novos do Castelo.

Desde 8 de Setembro de 2009 que este equipamento se encontra aberto ao público, tendo sido visitado desde a sua abertura por 1096 pessoas (dados de Abril de 2014), notando-se que cerca de 45% do público teve uma visita orientada, prestada de acordo com a programação divulgada mensalmente ou solicitada pelos visitantes. Desde a sua abertura que se realizam visitas guiadas ao espaço, sendo revelada a história do edifício e da cidade à medida que se apresentam as diferentes áreas de trabalho da Oficina de Arqueologia. Estabelecem-se ligações entre as valências de cada espaço funcional e os resultados da intervenção de arqueologia e reabilitação do conjunto edificado, através da explicitação dos materiais arqueológicos expostos nas vitrinas, provenientes da intervenção aqui realizada, dos elementos intervencionados e das características arquitetónicas do edifício.

Os materiais expostos nas vitrinas, procuram demonstrar, de modo sucinto, os principais aspe-

tos das vivências quotidianas das pessoas que habitaram o espaço, agora ocupado pela *Casa dos Pintores*. Assim, expuseram-se materiais utilizados no quotidiano, peças de utilização doméstica, materiais relacionados com as atividades comerciais, com o vestuário, com a morte, entre outros. Para a disposição e a escolha dos materiais teve-se em conta a variedade tipológica e cronológica do espólio, identificado no âmbito dos trabalhos arqueológicos, procurando-se apresentar, em conjugação, uma amostra proveniente das diversas tipologias de trabalho aqui realizados – acompanhamento, arqueologia do edificado e escavação arqueológica. Procura-se ainda referenciar a variedade tipológica da produção de faiança e porcelana, durante o período moderno e contemporâneo, em Leiria, sendo que o conjunto de materiais expostos é constituído por vários fragmentos de taças, frigideira e pratos, que cronologicamente se inserem entre o séc. XVI (porcelana) e o período contemporâneo.

Na *Casa dos Pintores* procura-se efetivamente potenciar os resultados técnicos/científicos das intervenções arqueológicas realizadas no concelho, assim como servir de centro multidisciplinar de apoio à investigação, destinado nomeadamente aos técnicos e equipas que se debruçam sobre temáticas em torno do Centro Histórico de Leiria e sobre o património arqueológico concelhio. Dá-se ainda oportunidade aos Leirienses de participarem ativamente em algumas atividades quotidianas da arqueologia municipal, potenciando-se a construção de um saber histórico que é património de fruição pública.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intervir num edifício antigo exige uma conjugação de vários saberes. O trabalho do arquiteto deve basear-se num conhecimento profundo da história desse edifício enquanto entidade e enquanto peça integrante da cidade. A arqueologia urbana e a arqueologia do edificado tornam-se essenciais a esse conhecimento. A escolha da solução formal depende ainda das opções estruturais, que devem respeitar as preexistências.

Este caso de intervenção procurou ser um exemplo de uma forma de agir relativamente ao património arquitetónico, tendo a conjugação das diferentes formas de abordar o património resultado num enriquecimento dos técnicos envolvidos, que desenvolveram uma interligação que perdurou para além deste projeto. Desde a apresentação da proposta de reabilitação até à finalização dos trabalhos arqueológicos, a equipa associada ao projeto foi afinando o discurso gráfico e de análise arqueológica e discutiu conceitos e linguagens: da arqueologia, da arquitetura, da reabilitação urbana, da Arqueologia do Edificado e da fotogrametria. A equipa de arqueologia municipal acompanhou o desenvolvimento do processo desde a sua génese, tendo-se promovido uma investigação histórica e arqueológica aprofundada no quadro deste projeto piloto. O resultado final de reabilitação espelha este processo e deve ser entendido como resultante do diálogo intenso, entre os domínios da Arquitetura, da Arqueologia e da Conservação e Restauro que, sendo, muitas vezes, complexo se revelou, seguramente, frutuoso.

Esse tipo de abordagem interdisciplinar permite ter uma outra perceção sobre os conjuntos edificados, criando instrumentos de registo e análise rigorosos e mais adequados aos objetivos de registo patrimonial e de fundamentação para as intervenções arquitetónicas. Os resultados da intervenção arqueológica permitem conhecer efetivamente melhor a vida quotidiana dos Leirienses ao longo dos últimos séculos. Considera-se ainda que as mais-valias do equipamento cultural potenciam o cumprimento dos objetivos da Oficina Municipal de Arqueologia, nomeadamente ao nível da gestão e divulgação do património arqueológico, possibilitando que se possam atingir e desenvolver de modo sustentável.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV. (2001). *Torre de menagem do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.
- APPLETON, João (2003). *Reabilitação de edifícios antigos: Patologias e tecnologias de intervenção*. Amadora: Edições Orion, 1ª edição.
- BARBOSA TEIXEIRA, Gabriela de; CUNHA BELÉM, Margarida da (1998). *Diálogos de Edificação: Técnicas tradicionais de construção*. Porto: Edição Centro Regional de Artes Tradicionais (CRAT), 1ª edição.
- CABALLERO ZOREDA, Luís (1995). Arqueologia e arquitectura análise arqueológica e intervención en edificios históricos. In *Las actuaciones en el patrimonio construido: un dialogo interdisciplinar*. Santiago de Compostela, pp 131-158.
- CABALLERO ZOREDA, Luís (2006). Arqueologia da Arquitectura. Conocimiento e intervención. In AAVV. Património arquitectónico – registo, interpretação e critérios de intervenção. *Estudos/ Património*. 9. IPPAR – Instituto Português de Património Arquitectónico, pp. 33-43.
- CAMPANELLA, Christian; MATEUS, João Mascarenhas (Coordenação e adaptação da edição portuguesa) (2003). *Obras de conservação e restauro arquitetónico: Condições técnicas especiais*. Lisboa: Edição Câmara Municipal de Lisboa, 1ª edição.
- CASELLA, Gabriella (2003). *Gramáticas de pedra: Levantamento de tipologias de construção muraria*. Porto: Edição Centro Regional de Artes Tradicionais (CRAT), 1ª edição.
- CARVALHO, Susana; CARVALHO, Vânia (2007). *Relatório de progresso da Carta Arqueológica de Leiria (2004-2007)*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria. [Não publicado].
- CARVALHO, Vânia; INÁCIO, Isabel (2011). PNTA – Castelo de Leiria: *Relatório Final das Sondagens Arqueológicas de Avaliação*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria e Arqueohoje, Lda.
- COELHO, Ana Zulmira; TORRALBA, F. Pacheco; JALALI, Said (2009). *A cal na construção*. Guimarães: Edição TecMinho, 1ª edição.
- COELHO, Rui (2005). Leiria num tempo de mudança: Aproximação à transição da Idade do Bronze Final para a Idade do Ferro. In CARVALHO, Susana (Ed.) *Habitantes e Habitats: Pré e Proto-história na Bacia do Lis*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, pp. 118-134.
- FREITAS, Vasco Peixoto de; TORRES, Maria Isabel; GUIMARÃES, Ana Sofia (2008). *Humidade ascensional*. Porto: FEUP Edições, 1ª edição.
- GOMES, Saúl (1993). A Organização do Espaço Urbano numa Cidade Estremenha: Leiria Medieval, in *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Actas, Vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 81-112.

GOMES, Saúl (2004). *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

GOMES, Saúl (2009). *Notícias e memórias paroquiais setecentistas – 8. Leiria*. Coimbra: CHSC/ Palimage.

HARRIS, Edward. (1991). *Princípios de estratigrafia arqueológica*. Barcelona. Editorial Crítica.

LOPES, Gonçalo (2001). Cerâmicas Medievais da Torre de Menagem do Castelo de Leiria. In AAVV - *Torre de menagem do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, pp. 31-37.

MARGARIDO, Ana (1988). *Leiria História e Morfologia Urbana*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

NEVES, Maria João; BASÍLIO, Lília; COUTO, Rui (2009). *Trabalhos Arqueológicos para a implantação de infraestruturas enterradas no edifício do MIMO/RAL4*. Relatório Preliminar. Coimbra: Dryas Arqueologia. [Não publicado].

PAIVA, José Vasconcelos; AGUIAR, José; PINHO, Ana (Coord.) (2006). *Guia técnico de reabilitação habitacional*. Lisboa: Instituto Nacional de Habitação (INH), 1ª edição, Vol. 1 e 2.

RAMALHO, Maria. (2002). Arqueologia da arquitectura. O método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em património arquitectónico. In AAVV. *Ciências e técnicas aplicadas ao património. Estudos/Património*. 3. IPPAR – Instituto Português de Património Arquitectónico, pp. 19-29.

TABALES RODRÍGUEZ, Miguel Ángel (2002). *Sistema de análisis arqueológico de edificios históricos*. Sevilla: Universidad de Sevilla – Secretariado de Publicaciones. Instituto Universitario de Ciências de la Construcción.

VALE, Nuno. (2005). *Centro histórico de Leiria*. IPA – DGEMN. www.monumentos.pt.



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863–2013

www.arqueologos.pt